



CÂMARA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE
ESTADO DE MINAS GERAIS

370/77

Devolução/FAZ/atendendo solicitação
de Secretaria

Em 7 de dezembro de 1977.

Senhor Prefeitos

Em atenção à solicitação de V.Exa., datada de 2 de corrente, devolvemos o Projeto de Lei número 115-E-77 que / "AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A CELEBRAR CONTRATOS DE LOCACÃO E DE OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Sendo só o que nos ocorre para o momento, firmamos,

atenciosamente,

DR. ODILON DO AMARAL BEHRING
-Presidente-

Geraldo Reinaldo
GERALDO MAGELA DE ASSIS RESENDE
-Secretário-

Exmo. Sr.
Pedro Silva
D.D. Prefeito Municipal de
CONSELHEIRO LAFAIETE



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONSELHEIRO LAFAIETE

ESTADO DE MINAS GERAIS

PROJETO DE LEI N°. 115-E-77

A Comissão de Legislação
Justiça, para parecer.
10/11/77
e
AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A CELEBRAR CONTRATOS
DE LOCAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Presidente

A Câmara Municipal de Conselheiro Lafaiete decreta e eu,
Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei:

ART. 1º - Fica o Executivo Municipal autorizado a celebrar contratos de locações comerciais com os atuais comerciantes que exploram o comércio de bares, lanchonetes, barbearias, depósitos de pães, da estação rodoviária.

ART. 2º - Os contratos acima enumerados serão por um prazo nunca superior a 4 (quatro) anos, com os respectivos alugueis corrigidos, anualmente, de acordo com o índice verificado nas ORTN - obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional.

ART. 3º - Vencidos os contratos a locação dar-se-á por finda, independentemente de notificação ou interpelação judicial, devendo constar, expressamente, nos mesmos o conteúdo da presente / Lei.

ART. 4º - Deverá o Executivo Municipal nomear uma comissão trina a fim de que, através de um parecer, fornecer o valor inicial do aluguel a ser cobrado pelo Município.

ART. 5º - Revogadas as disposições em contrário, entrando esta lei em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE,
AOS 10 DE NOVEMBRO DE 1977

PEDRO SILVA
prefeito Municipal



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONSELHEIRO LAFAIETE

ESTADO DE MINAS GERAIS

JUSTIFICATIVA

Senhor Presidente,
Senhores Vereadores:

A Comissão nomeada pela portaria nº. 050/77, houve por bem de sugerir ao Executivo, depois de prolongados estudos, que a estação rodoviária fosse explorada pela Prefeitura Municipal.

Na realidade, devido ao crescimento vertiginoso do Município a nossa Estação Rodoviária já não comporta a demanda de passageiros e veículos que por ela transitam.

Assim, a Prefeitura Municipal deverá fazer uma reforma na aludida estação dotando-a de maior conforto.

Os cômodos comerciais ali existentes mereceram do Executivo um estudo acurado.

A fim de que não haja solução de continuidade nos serviços ali prestados houve por bem o Executivo Municipal de enviar à Douta Câmara o presente projeto de lei.

Observa-se que a medida é excepcional e servirá como uma experiência.

De qualquer forma os aluguéis serão cobrados tendo como partida o valor encontrado por uma comissão previamente nomeada. Resta assinalar, que, o Município passará a ter uma renda - Aluguéis - e que os mesmos serão corrigidos anualmente, na forma prevista pela presente projeto.

PALÁCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE,
AOS 10 DE NOVEMBRO DE 1977.

PEDRO SILVA
Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE
ESTADO DE MINAS GERAIS

PORTARIA N.º 050/77

O Prefeito do Município de Conselheiro Lafaiete, usando de suas atribuições,
RESOLVE:

Nomear os senhores Dr. Camilo Prates dos Santos Júnior, Dr. Paulo César da Garvalho, Dr. Geraldo França Correia, Dr. Vicente da Faria Paiva e Dr. João Epifânio de Almeida Lima.

CONSTITUINDO-SE em Comissão, procederem a estudos dos seguintes problemas, de alto interesse do Município e do povo em geral:

- 1 - Verificar a conveniência ou não de colocar em Concessão Pública ou prorrogar o contrato da exploração da Estrada / Rodoviária desta cidade, sugerindo normas atualizadas de limpeza e ampliação do serviço ou tornar a exploração direta pela própria Municipalidade.
- 2 - Verificar a conveniência ou não da prorrogação de todos os contratos ainda vigentes de transportes coletivos das linhas urbanas ou colocá-las em Concessão Pública, sugerindo aos concessionários observações que se enquadrem nas exigências do atual desenvolvimento da Cidade e do Município.
- 3 - A Comissão, após a competente realização dos necessários estudos reclamados pelas atuais condições no setor, deverá apresentar relatório dos trabalhos executados, declinando e fundamentando as sugestões.

Prefeitura Municipal de Conselheiro Lafaiete, 03 de agosto de 1977

PEDRO SILVA